

A DIMENSÃO COMUNITÁRIA DA ESCOLA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ILHA DO MEL/PR

THE COMMUNITY DIMENSION OF THE SCHOOL IN THE PEDAGOGICAL PRACTICE OF ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE ISLAND OF MEL / PR

Vanessa Marion Andreoli¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir a importância da valorização da dimensão comunitária da escola nas práticas pedagógicas de Educação Ambiental, tomando como análise a ação docente dos professores dos colégios estaduais localizados na Ilha do Mel/PR, região que tem 95% de sua área composta por duas Unidades de Conservação de proteção integral e que, no seu entorno, vivem comunidades em situação de vulnerabilidade socioambiental. Compreende-se que a Educação Ambiental, numa perspectiva crítica, pode contribuir para recriar os vínculos de pertencimento dos sujeitos ao território que vivem, possibilitando o desenvolvimento local e conseqüentemente sua transformação social, com vistas a uma melhor qualidade de vida. Sugere-se que a Educação Ambiental nas escolas do campo necessita ser diferenciada, específica, alternativa ao modelo educacional tradicional, comprometida com a emancipação dos sujeitos e com o empoderamento comunitário. Democratizando espaços de participação e veiculando saberes significativos, que possibilitem oportunidades reais para que as comunidades consigam romper com as situações e relações que as silenciam e, por vezes, as paralisam, entende-se que ela pode colaborar tanto para a redução da pobreza e das desigualdades sociais, quanto para a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade local, na busca do desenvolvimento de comunidades mais sustentáveis.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Currículo. Educação do campo.

ABSTRACT

This article aims to discuss the importance of valuing the community dimension of the school in the pedagogical practices of Environmental Education, taking

¹ Professora da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, Matinhos, PR, Brasil. Doutora em Educação(UFPR). E-mail: vaneandreoli@hotmail.com

as an analysis the teachers' action of the state colleges located in Ilha do Mel / PR, a region that has 95% of its area composed of two Conservation Units of integral protection and that, in their surroundings, live communities in situations of socio-environmental vulnerability. It is understood that Environmental Education, in a critical perspective, can contribute to re-create the bonds of belonging of the subjects to the territory they live, enabling local development and consequently their social transformation, aiming at a better quality of life. It is suggested that environmental education in rural schools needs to be differentiated, specific, alternative to the traditional educational model, committed to the emancipation of the subjects and to community empowerment. By democratizing spaces of participation and disseminating meaningful knowledge that allow real opportunities for communities to break with the situations and relationships that silence them and sometimes paralyze them, it is understood that it can collaborate both to reduce poverty and social inequalities, as well as the conservation of natural resources and local biodiversity, in the search for the development of more sustainable communities.

Keywords: Environmental Education. Curriculum. Education of the field.

INTRODUÇÃO

As discussões propostas neste artigo inserem-se no âmbito das pesquisas sobre a inclusão curricular da Educação Ambiental na educação básica e suas práticas pedagógicas, mais especificamente em escolas do campo localizadas em ilhas e no entorno de Unidades de Conservação. Partindo de um estudo realizado entre os anos de 2013 e 2016 nos colégios estaduais do campo da Ilha do Mel (ANDREOLI, 2016), objetiva-se apresentar alguns elementos que possibilitem refletir sobre a importância da valorização da dimensão comunitária da escola nas práticas pedagógicas de Educação Ambiental, considerando que a busca pela emancipação dos sujeitos e empoderamento das comunidades passa necessariamente pelo desvelamento da realidade.

Compreendendo, no âmbito da presente discussão, que a Educação Ambiental em uma perspectiva crítica almeja, num sentido mais amplo, a superação da realidade desigual que vivenciamos por meio do reconhecimento dos conflitos e contradições existentes na apropriação e usos dos recursos naturais. Sendo assim, é necessário e emergente que a escola tenha como base de construção da sua prática pedagógica a relação com a comunidade, já que é na ação

conjunta entre ambas que se favorece o desenvolvimento social, no qual todos participam e se engrandecem.

A Ilha do Mel, importante atração turística do litoral do Paraná, tem 95% de sua área definida como Unidade de Conservação de proteção integral: uma Estação Ecológica criada em 1982 e um Parque Estadual criado em 2002. A intensa exploração turística e especulação imobiliária ocorrida na região entre os anos de 70 e 80 e a própria implantação das Unidades geraram forte impacto na região em diferentes perspectivas, influenciando diretamente as condições e modos de viver da população nativa que vive no seu entorno e causando diversos conflitos socioambientais. Considerando que a efetiva conservação das áreas de preservação depende da sustentabilidade social (PIERRI; KIM, 2008), é importante destacar que ela só pode ser alcançada a partir de ações que busquem efetivamente a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, no que se refere a diminuição das desigualdades sociais por meio da ampliação dos seus direitos e garantia de serviços básicos como saúde e educação.

Ressalta-se que a oferta, o acesso e a qualidade da educação na Ilha do Mel foi marcada por fatores limitantes para a formação da população local. Há um acentuado desnível educacional e de poder aquisitivo na região entre os nativos e as pessoas vindas "de fora", oriundos da precariedade das condições em que se estruturou e se sustenta atualmente a educação básica local, assim como a baixa oferta de capacitação profissional específica para atender as demandas locais, principalmente voltadas ao turismo.

Considerando que a escola, como construção social, é um local que apresenta grande potencialidade para instigar mudanças e realizá-las e que a educação é algo muito mais abrangente que a escolarização - embora a escola seja vista como a instituição "oficial" que "oferta" educação, ela é apenas um dos tempos e espaços da formação humana - é fundamental que ela não seja alheia a realidade vivenciada pelos estudantes e suas comunidades.

Nesse contexto, o artigo busca trazer elementos que nos permitam refletir que as escolas que se localizam em regiões como a Ilha, que vivem em situação de vulnerabilidade socioambiental, necessitam promover um envolvimento efetivo com a comunidade, uma vez que a ação da escola e os resultados que esta pode ter na formação dos estudantes ficam fragilizados quando se nega

ou mesmo quando não se valoriza essa aproximação (TORALES-CAMPOS, 2013). É nesse sentido que se considera aqui o fortalecimento da dimensão comunitária da escola nas práticas pedagógicas da Educação Ambiental como uma alternativa para que os povos do campo, como é o caso dos ilhéus, se percebam e se fortaleçam enquanto coletivo, enfrentando a falta de reconhecimento e valorização de sua cultura e criando criticamente e de maneira colaborativa instrumentos para superá-la e fortalecê-la.

UM POUCO SOBRE A ILHA DO MEL

A Ilha do Mel apresenta um ecossistema diversificado e importante no contexto do Bioma da Mata Atlântica, que a elevaram a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica pela UNESCO na Rio-92. Principalmente por conta de seus atributos naturais, a região foi considerada como Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná já na década de 50. Além disso, compõe, desde 2006, o Mosaico de Unidades de Conservação do Litoral Sul do Estado de São Paulo e Litoral Norte do Estado do Paraná, conhecido como Lagamar.

Importante atração turística do litoral do Paraná, a Ilha distancia-se cerca de 110 quilômetros de Curitiba e o acesso até lá é realizado por barcos comerciais. A região tem 95% de sua área definida como Unidade de Conservação de Proteção Integral, e no seu entorno, convivendo com as restrições impostas pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) que as administra, há duas principais comunidades: Brasília e Encantadas, com uma população de mais de 1000 habitantes (IBGE, 2010). Importante destacar que as Unidades de Conservação que estão dentro das categorias de proteção integral, são uma das mais conflituosas, visto que a proibição da presença e mesmo da atividade humana de qualquer espécie é estipulada por lei.

A implantação das Unidades consolidou o turismo como a principal atividade econômica do local, limitando as atividades econômicas tradicionais (pesca e roça artesanal) das comunidades locais. Telles (2007) e Schena (2006) ressaltam que grande parte dos conflitos existentes na região são oriundos da falta de um ordenamento territorial adequado à realidade, uma vez que quando as Unidades foram criadas (1982 e 2002) já havia uma intensa e desordenada ocupação e uso do solo, na qual muitas pessoas “de fora” já haviam comprado as propriedades dos moradores nativos

a um baixo custo e construído muitas pousadas e campings na região.

A Ilha passa por um momento de problemáticas socioambientais evidentes, diretamente relacionadas a exploração turística. Essa situação se torna bastante preocupante à medida que as ilhas apresentam, de maneira geral, fragilidades do ambiente natural típicas que são potencializadas quando relacionadas a formas inadequadas de uso dos recursos e a poluição. Assim, são altamente suscetíveis a degradações ambientais e apresentam dificuldades de recuperação parcial.

A região, ao se tornar “habitável” para o turista, trouxe como consequência “benefícios” do desenvolvimento urbano aos próprios nativos da Ilha, que aos poucos foram modificando seus costumes e tradições e atualmente direcionaram-se às atividades ligadas ao atendimento dos visitantes. As restrições impostas pelas Unidades de Conservação não oferecem outras oportunidades às comunidades da Ilha que não as ligadas ao turismo e, ao mesmo tempo, este não lhes oferece benefícios diretos. O que “sobra” aos moradores nativos são subempregos, situação que aumentou ainda mais a pobreza e falta de opções de melhoria da qualidade de vida da comunidade. Além disso, uma parte significativa da demanda de empregos é sazonal e informal, suprida em grande proporção por pessoas que vem de fora.

A essa problemática somam-se também a falta de fiscalização nas ações restritivas nas Unidades e a não consideração das comunidades nos processos decisórios. A participação da comunidade não se constitui, portanto, em um instrumento para a interferência nos aspectos da gestão. Essa configuração influencia diretamente na autoestima dos sujeitos que ali convivem, trazendo consequências como a pobreza generalizada, o consumo de drogas, entre outras.

O ecoturismo, que é o tipo de desenvolvimento que propõem os planos de manejo das Unidades de Conservação da Ilha do Mel, pode possibilitar que a região atinja uma sustentabilidade mais profunda e adequada ao contexto particular das ilhas, no sentido de que sejam proporcionados aos turistas experiências simultâneas de preservação dos recursos naturais e culturais. Para isso é necessário que se realizem mais do que ações que procurem somente controlar o número de visitantes no local, mas investimentos nos serviços de saneamento básico, por exemplo, que é um dos maiores

problemas ambientais da região, já que sua população aumenta consideravelmente nas épocas de alta temporada.

Importante destacar que o ecoturismo dá particular atenção ao uso do componente educativo, voltado para o turista, para a população local e para os agentes turísticos que atuam nas Unidades. O fato é que o que ocorre na realidade são traços de um turismo de massa, que nega os problemas ambientais, sociais e culturais que as atividades turísticas podem trazer para a região e que geram benefícios que não se revertem para as comunidades locais.

REFLETINDO SOBRE A DIMENSÃO COMUNITÁRIA DA ESCOLA

A relação entre processos educativos e participação comunitária esteve presente em vários momentos da história, mesmo nos grupos humanos mais remotos, vista sua visível capacidade de melhoria da qualidade de vida. Entretanto, analisando os dados do Censo Escolar de 2004, Trajber e Mendonça (2006) destacam que há um distanciamento evidente na relação entre as escolas e as comunidades e uma baixa problematização escolar sobre essa questão. As autoras ressaltam que quanto menor o município mais a escola assume centralidade na vida pública, e quanto mais autônoma é a escola, mais intensa é a relação com a comunidade escolar e do entorno. Quando além de serem localizadas em municípios pequenos, tem uma quantidade reduzida de estudantes, como é o caso das escolas da Ilha do Mel, essas relações podem ser potencializadas ainda mais.

Entretanto, há uma necessidade crescente de busca por mecanismos eficientes de inclusão da comunidade do entorno. Vistas como agentes sociais nesse processo, as escolas não podem se responsabilizar integralmente pelo desenvolvimento dos sujeitos, portanto precisam contar com o apoio familiar e colaboração da comunidade. Sendo críticas, não pode limitar a comunidade a escolar, mas abranger o contexto maior na qual está inserida, dinamizando os laços necessários para tal finalidade.

É fundamental nessa perspectiva compreender que o ser humano, como ser social, histórico e inacabado (FREIRE, 1979) é constituído socialmente na relação consigo mesmo, com os outros e com a natureza. Ou seja, constitui-se na dinâmica cultural da qual faz parte e na sua prática social. Desse movimento cotidiano e singular vivido por todos nós, derivam nossos modos de pensar, agir e sentir.

Nesse sentido, o sujeito, como um “ser em situação” (CARIDE GOMEZ; FREITAS; CALLEJAS, 2007), vai desenvolvendo sua consciência a partir de sua presença no mundo e de sua ação na realidade, em um processo constante e permanente. A conscientização pode ser compreendida, portanto, como sinônimo de tomar posse da realidade, num exercício tanto intelectual quanto empírico, pois dela deriva a práxis transformadora: o movimento no qual a consciência vai se transformando, não é pura ação, mas ação e reflexão. A consciência não se transforma a não ser por esse movimento. Dessa forma, pode-se dizer que a realidade é um objeto cognoscível e cada comunidade vivencia os problemas socioambientais de forma singular e única.

O papel de uma escola que prima por desvelar a realidade junto com seus estudantes, vai além da construção de instrumentos que possam identificar e conhecer o amplo conjunto de necessidades de aprendizagem da comunidade - tais como a alfabetização, os conflitos socioambientais, o planejamento familiar, a saúde, etc.: ela cria mecanismos para que os sujeitos possam organizar, analisar e interpretar os seus problemas, admitindo que a ação social comunitária também é sua responsabilidade.

Uma educação que vise a transformação social com vistas ao desenvolvimento local, necessita integrar todas as dimensões da vida em suas realidades, o que expande a concepção do processo educativo, não restringindo apenas à escola a função de educar. Ou seja, educação, ensino e desenvolvimento configuram-se em partes inseparáveis de um só processo, mas cada um com autonomia suficiente para se sustentar (CARIDE GOMEZ; FREITAS; CALLEJAS, 2007).

Analisando o depoimento dos professores sujeitos da presente pesquisa, percebe-se que os colégios buscam alternativas diversas de aproximação com a comunidade, principalmente com as famílias dos estudantes. Entretanto, foi possível concluir que as formas de participação que oferecem às comunidades não proporcionam um fortalecimento das mesmas, uma vez que não integram discussões sobre as causas reais dos problemas enfrentados na Ilha do Mel e dessa forma não as prepara para as mudanças necessárias.

A família tem papel preponderante quando se trata da relação entre a escola e a comunidade, visto que se configura como o grupo primário na inserção das crianças e adolescentes na sociedade (normas e regras sociais) e na transmissão de valores para se

viver nela. Sua participação ou mesmo sua omissão nos processos escolares influencia, portanto, a ação docente. Por isso, estratégias escolares que possibilitem um ambiente favorável a participação da família no processo de aprendizagem se torna fundamental, não somente no que se refere ao acompanhamento da situação escolar dos filhos, mas na tomada coletiva de decisões sobre a organização e as práticas pedagógicas.

Destaca-se, nesse contexto, que a comunicação com as famílias necessita ser planejada, já que exige objetividade e linguagens apropriadas, uma vez que, se for ao contrário, em vez de aproximar os pais e a comunidade a escola pode afastá-los. Nessas interações educativas, é preciso buscar não somente o intercâmbio de conhecimentos, mas principalmente a afirmação da identidade tanto individual quanto social dos sujeitos envolvidos. São, portanto, nas assembleias, reuniões das instâncias colegiadas (Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários, Grêmio Estudantil), reuniões pedagógicas, ou ainda, nos encontros organizados pelas associações dos moradores das comunidades é que se deve buscar elementos que garantam a autonomia da escola. Sobretudo, no que se refere à organização do calendário escolar, aos usos e organização dos espaços pedagógicos, à seleção dos conteúdos escolares, elementos fundamentais que viabilizam a realização do processo educativo na escola, entre outras ações.

Outra questão importante para se refletir é a visão dominante nas escolas de que a atitude de aproximação entre escola e comunidade precisa partir da escola, conforme orientam alguns documentos oficiais de Educação Ambiental. Guerra e Weiler (2015, p. 187) alertam que as propostas de parceria não precisam, necessariamente, partir da escola: "a comunidade pode ser a incubadora de transformação no espaço escolar e promotora de práticas pedagógicas que contribuam com o enfrentamento das problemáticas socioambientais". Nesse sentido, os autores propõem uma inversão nesse processo, sugerindo uma Educação Ambiental comunitária, na qual se aprendam e ensinem a partir das histórias de vida das pessoas que fazem parte da dinâmica local, das tradições, dos saberes e dos fazeres. Dessa forma, tanto a escola quanto a comunidade aprendem e se fortalecem.

Um ponto importante de reflexão é que contribui ainda mais para pensarmos na emergente necessidade de aproximação entre

escola e comunidade é a questão da precariedade das escolas localizadas no campo. Arroyo (2007) menciona que o campo e a diversidade de seus povos nas políticas e documentos legais que tratam da educação, em geral, sugerem repetidas vezes a palavra "adaptação". O campo é lembrado como o "outro" lugar, e, nesse caso, os sujeitos do campo são os "outros" sujeitos e a escola e os professores do campo são "outros" também. A consequência dessa visão é a secundarização do campo: ele é visto como uma extensão, ou, nas palavras do autor, "um quintal da cidade". Nesse sentido, os serviços dos profissionais urbanos além de serem estendidos ao campo, são adaptados, o que na realidade brasileira é o mesmo que dizer que são precarizados, já que não há vínculos culturais: apenas a "prestação de serviços".

Um dos determinantes da precariedade das escolas do campo é justamente a ausência de profissionais que vivam junto às comunidades rurais e que, de preferência, sejam oriundos delas, uma vez que dessa forma carregam a herança cultural local. Esse é um dos maiores problemas históricos da Educação do Campo: os professores não fazem parte da comunidade e, em grande parte das vezes, não conseguem fazer uma relação mais consistente e coerente dos conteúdos curriculares com a prática social dos estudantes, reproduzindo a lógica da descontextualização dos sentidos da escola para essas populações, que foram invadidas culturalmente pela lógica do sistema capitalista. É justamente na escola do campo que precisamos resistir, lutar pela permanência dos modos de viver, da cultura, dos saberes e fazeres, uma vez que assim estaremos garantindo a dignidade a essa população, ao menos nesse espaço.

É possível dizer que o envolvimento com as questões comunitárias, além de serem potencializados quando os professores atuam ou mesmo convivem diariamente de maneira mais próxima à comunidade, também depende do perfil de cada professor, já que no caso dessa pesquisa encontramos professores que atuam a mais tempo nas escolas mas não criaram um elo de ligação efetiva com a população e com as questões que circundam e influenciam a vida das comunidades e, inversamente, há os que chegaram recentemente e já se tornaram de certa forma militantes das questões socioambientais locais.

É fundamental ressaltar que a aproximação da escola com a realidade comunitária deve ser qualificada principalmente nesse momento político que vivemos no país, no qual a retirada de

direitos é ação constante. No caso pesquisado pode-se dizer que se a iniciativa não partir da escola, o processo de participação da comunidade dificilmente vai ocorrer, considerando que, segundo alguns professores que já vivenciaram experiências docentes nas duas comunidades da Ilha e moradores da região, a passividade é uma das características fortes da população.

Nesse contexto apresentado e considerando que as escolas do campo se encontram ainda em fase de construção de suas identidades, é importante criar espaços de participação efetiva nas escolas, e, conforme ressalta Arroyo (2007), a reelaboração coletiva dos Projetos Políticos Pedagógicos se torna fundamental. O projeto deve ser pensado no contexto da comunidade, em prol de uma educação na qual a cultura dos povos seja fator relevante no processo de construção e apropriação de novos conhecimentos que vão aos poucos sendo ressignificados pela escola.

O maior desafio da escola, colocado a partir desse cenário, é a luta necessária para conseguir mobilizar a comunidade, uma vez que esta implica num processo contínuo de interação, que envolve a confiança. Para que isso aconteça, torna-se imprescindível que se ampliem os espaços e tempos educativos, favorecendo uma diversificação maior das metodologias e práticas pedagógicas, além de uma "construção mais íntegra da biografia de cada sujeito" (CARIDE GOMEZ; FREITAS; CALLEJAS, 2007, p. 154). É importante salientar que no caso pesquisado, no qual as Unidades de Conservação representam 95% de toda sua área, estas não podem ser ignoradas nas práticas pedagógicas educativas, já que se constituem como fatores de influência na vida dos estudantes e das comunidades.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: POTENCIALIDADES PARA APROXIMAÇÃO DA COMUNIDADE

A prática da Educação Ambiental passa pelo envolvimento da escola com a comunidade e apresenta diversas potencialidades de aproximação, principalmente quando são criadas possibilidades efetivas de intercâmbio e abre-se um universo de situações para a aprendizagem coletiva. Podemos considerar, portanto, que é na temática ambiental que a escola poderia apresentar um impacto significativo na sociedade, por meio da criação de canais

de comunicação com a população, nos quais seja possível a discussão e reflexão sobre o papel dos cidadãos nas suas condições socioambientais.

Interessa-nos compreender que seu cerne é a problematização da prática social dos sujeitos: tem a realidade como ponto de partida e chegada dos processos educativos, na tentativa de aliar os processos ditos ecológicos aos de caráter eminentemente social na sua leitura de mundo e, conseqüentemente, na forma de intervir e existir na natureza. Ao reconhecer a realidade, ou seja, ao constatar a prática social da qual os estudantes fazem parte, somos capazes de “intervir nela”, o que é muito mais complexo do que adaptar-se a ela, já que esta se torna “geradora de novos saberes” (FREIRE, 1981). Nessa perspectiva, a formação dos sujeitos incide sempre sobre as relações sociais, o que justifica que somente há sentido se sujeito e coletividade forem pensados nessa relação.

A fundamental “tomada de consciência da realidade” que a Educação Ambiental pode proporcionar acaba por criar um importante elemento para as questões referentes ao desenvolvimento: as motivações para a mudança e o desejo de a alcançar (CARIDE GOMEZ; FREITAS; CALLEJAS, 2007). Nesse sentido, ela “também é uma educação para a liberdade: liberdade de pensar, liberdade de olhar criticamente, de resistir, denunciar, de inovar, de se engajar” (SAUVÉ, 2016, p. 298), sendo atingida pelos sujeitos somente quando seus atos forem dominados, ou seja, quando os instrumentos, que são os saberes sistematizados veiculados na escola, forem fixados por eles. Porque só então o sujeito consegue orientar sua atenção no significado dos conhecimentos e desenvolver sua criatividade a partir deles.

Nessa linha de pensamento, Sauvé (2016, p. 294) ressalta que em nível pessoal, a Educação Ambiental tem como tarefa construir uma identidade ambiental que possa trazer significado ao nosso ser no mundo, possibilitando “um pertencimento ao meio de vida” e promovendo “uma cultura do engajamento”. Sendo assim, reconhece que o pertencimento ao lugar é condição necessária para a responsabilidade ambiental. Em nível das comunidades, a autora destaca que a Educação Ambiental pode potencializar dinâmicas sociais que favoreçam a solidariedade e o compromisso, numa perspectiva colaborativa e crítica das realidades, construindo alternativas e valores sociais que permitam uma ação engajada, consciente e, portanto, transformadora.

O trabalho pedagógico-educativo, nesse sentido, configura-se em um importante elemento ao processo de reação da sociedade em relação as demandas ambientais, uma vez que pode ser considerado “uma peça essencial de favorecimento às discussões, desencadeador de experiências e vivências formadoras, de exercício da cidadania ou espaço integrado/integrante de uma dinâmica social” (TORALES-CAMPOS, 2013, p. 2). É crucial que os professores transbordem os tempos e espaços escolares para além dos tradicionalmente reconhecidos na escola, considerando que os espaços tradicionais da comunidade contribuem no processo educativo.

Caride Gomez, Freitas e Callejas (2007) lembram que a Educação Ambiental quando considera em sua prática pedagógica o ambiente como contexto socializador, recurso didático e objeto de estudo, pode ser um instrumento que contribui para o desenvolvimento da comunidade. As Unidades de Conservação e as próprias comunidades necessitam ser vistas como espaços educativos/pedagógicos. As ações, nesse contexto, devem ser construídas horizontalmente com a comunidade envolvida: *com as pessoas, e não para as pessoas*.

Nessa conjuntura, há de se considerar que a forma como se realiza a educação no interior das escolas está intrinsecamente relacionada aos valores, as ideologias e as intenções que circundam seu cotidiano, principalmente na figura do professor. Ora, se considerarmos a educação como processo de humanização (emancipação dos sujeitos); a escola como o local responsável pela socialização dos saberes sistematizados necessários a desalienação (crítica aos elementos culturais); o currículo como o conjunto de atividades nucleares destinadas a apropriação desses saberes, coloca-se o professor como principal potencializador e mediador desse processo.

UM CONVITE A PRÁXIS TRANSFORMADORA: O PAPEL DOS DIFERENTES SUJEITOS

Com o cenário de desmontes na Educação que se apresenta na atual conjuntura política no Brasil, mais do que nunca é preciso encontrar um lugar apropriado para a Educação Ambiental no projeto educativo das escolas do campo, ressaltando seu papel político, ideológico e suas potencialidades de transformação junto as comunidades. E isso passa por ações integradas de diferentes sujeitos que compõem os espaços educativos.

Ao sistema de ensino, cabe repensar sua política e ouvir os professores e estudantes: não compreender os professores como mero executores de ideias e propostas elaboradas por outras pessoas, que grande parte das vezes não conhecem a realidade nas quais as escolas estão inseridas. É preciso identificar as necessidades e anseios das especificidades das escolas, considerando-as na formulação de programas, materiais e formações pedagógicas. Importante dizer que, quando se possibilita que o professor seja ouvido, lhe são concedidas oportunidades para que ele desenvolva sua autonomia, percebe-se, como foi o caso da presente pesquisa, que há perspectivas reais de mudança.

Ao professor, em primeiro lugar, cabe o papel de contribuir e apoiar o estudante a fazer uma leitura histórica da realidade mais ampla. Isso implica também que na prática pedagógica do professor esteja presente a noção de como a sociedade está estruturada no contexto local, educando-os para viver ali e conhecendo seus diferentes espaços e conflitos. Conhecer no sentido não de meramente acumular informações sobre a realidade, mas compreender as relações que coexistem nela, as relações sociais específicas que compõe a vida na Ilha do Mel, nas determinações veladas, que privam os sujeitos de se organizarem para a transformação necessária. A inserção crítica do professor na dinâmica comunitária requalifica sua prática social e também a do estudante, já que permite que o conhecimento da realidade se torne mais coerente, consistente e, portanto, obtenha mais sucesso. É preciso colocar os estudantes para refletir sobre os problemas da vida, sobre as contradições sociais que a permeiam constantemente, e sobre as relações que se constituem entre os seres humanos e a natureza.

À escola cabe um papel dinâmico: o de renovar-se para atender as demandas da realidade, considerando “o reconhecimento e a promoção de novos desenhos de organização escolar e encargos mais adequados à reivindicação de uma escola em mudança e para mudança da comunidade” (CARIDE GOMEZ; FREITAS; CALLEJAS, 2007, p. 298). Afirmar também que à escola cabe o papel de assegurar aos estudantes o acesso ao conhecimento sistematizado, já que de outra maneira eles não teriam acesso a ele, é assumir que esse conhecimento precisa ser pensado na perspectiva do desvelamento da realidade. O objetivo da prática educativa é, nesse sentido, contribuir para que os estudantes se articulem, se organizem,

cultivem e valorizem sua cultura, os saberes, as identidades, os valores e as memórias que circundam sua comunidade, assumindo-se como sujeitos de transformação. É ver os estudantes com outros olhos, não como seres passivos e subordinados, mas ativos, que em diálogo com a comunidade possam assumir um comando coletivo das suas escolas, enfim, que possam transformar o conhecimento apreendido em ação.

Dada a constituição da Educação Ambiental e da Educação do Campo ou ainda da Pedagogia do Desenvolvimento Local, conforme apontado por Caride Gomez, Freitas e Callejas (2007), é perceptível que todas elas têm, entre seus princípios, a aproximação da escola com a comunidade como fator decisivo no processo de transformação social. Valorizando a importância da práxis educativa, elas convergem em seus princípios teórico-metodológicos no que se refere a:

- 1) A educação escolar é um processo de socialização dos conhecimentos sistematizados, a fim de que os estudantes se apropriem dos mesmos e possam ressignificá-los;
- 2) Para ressignificá-los, é preciso que os saberes culturais e a prática cotidiana que os estudantes e suas famílias já possuem sejam objeto de reflexão e que deles surjam novos questionamentos em torno das situações de vulnerabilidade em que muitas comunidades se encontram;
- 3) São as metodologias participativas que possibilitam que os estudantes, ao serem questionados e questionarem, desenvolvam uma visão crítica da situação e vão, aos poucos se entendendo como protagonistas do processo de ensino e aprendizagem, percebendo quais são as esferas de participação e organização necessárias para intervir nelas;
- 4) Para tanto, a relação entre professor e estudante deve ser pautada numa perspectiva dialética, horizontal e democrática, na qual constantemente os valores humanos vinculados socialmente pela transmissão cultural sejam tema de debate;
- 5) Para tanto, a relação da escola com a comunidade deve ser fortalecida de tal modo que possibilitem seu empoderamento e participação nos processos decisórios, alterando os benefícios das Unidades de Conservação para as demandas e interesses comunitários, podendo dessa forma, viver dignamente onde se escolhe viver, por opção, e não pela falta dela;
- 6) Dessa forma, numa comunidade na qual existam valores comunitários como solidariedade, coletividade e respeito, é muito

mais fácil lidar com as questões ambientais no sentido de se desenvolver uma comunidade sustentável.

CONCLUINDO, POR ORA

A escola que ainda temos hoje, em sua maioria, ao invés de se constituir com base no fortalecimento comunitário das práticas pedagógicas historicamente constituídas, funciona como uma matriz que alheia os sujeitos do dinamismo local (CARIDE GOMEZ; FREITAS; CALLEJAS, 2007). Especificamente falando sobre as escolas do campo, é possível dizer que muitas delas ainda não incorporam a cultura própria das comunidades nas quais estão inseridas para elaboração de suas propostas educativas, assim como também acontece nas comunidades em influência de Unidades de Conservação.

Compreendendo que a Educação Ambiental é um “outro ponto de partida”, ou seja, um “outro aprender a saber, olhar, sentir, viver e interagir entre nós” (BRANDÃO, 2007), é crucial que os processos educacionais busquem sua dimensão comunitária. A pesquisa permitiu refletir sobre a importância dessa dimensão, principalmente na escola do campo em Ilhas e em Unidades de Conservação que tem características muito peculiares. É pela participação efetiva da comunidade no contexto escolar e pela consideração de sua dinâmica socioambiental na elaboração de sua proposta pedagógica que as comunidades podem encontrar subsídios para se organizar e fortalecer.

Ainda, ao apresentar alguns elementos que compõe o cotidiano dos colégios pesquisados, em especial a organização do trabalho pedagógico, constou-se que a educação formal na Ilha do Mel sofreu uma grave defasagem histórica no que se refere ao acesso e permanência. Atualmente, ainda verifica-se precariedade no que se refere as condições principalmente de trabalho dos professores, que refletem na impossibilidade de ações mais efetivas, contínuas, interdisciplinares e, especialmente, um reconhecimento mais profundo – e crítico – da realidade dos estudantes, trazendo diversos desafios à potencialização da Educação Ambiental nos colégios.

De um modo geral, um ponto que ficou evidente na pesquisa foi que todos os professores percebem a importância do papel da escola na comunidade e buscam abordar a realidade da Ilha na sua proposta pedagógica, considerando a questão ambiental e cultural

da região. Ou seja, de alguma maneira, os professores trazem a realidade para dentro das suas aulas, embora em alguns casos não seja de maneira explícita nem consciente; mas em outros casos, constatou-se que essa realidade é problematizada de maneira crítica. Podemos dizer, portanto, que para o estabelecimento de um movimento forte de resistência, reação e avanço da práxis docente no contexto da Educação Ambiental, que sirva efetivamente como uma ponte para o resgate da religação essencial entre *Nós* e a *Vida*, é preciso que sua dimensão comunitária seja ponto de partida e de chegada do processo educativo de formação humana dos currículos escolares.

REFERÊNCIAS

ANDREOLI, Vanessa Maríon. *A Educação Ambiental no contexto dos colégios estaduais da Ilha do Mel/PR: Currículo, ação docente e desenvolvimento comunitário local*. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016. 370 f.

ARROYO, Miguel Gonzalez. *Políticas de formação de educadores(as) do campo*. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em 10/04/2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Prefácio a edição. In: FERRARO JUNIOR, L. A. (org.). *Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores – Volume 2*. Brasília: MMA/DEA, 2007.

CARIDE GOMEZ, José António; FREITAS, Orlando Manuel Pereira de; CALLEJAS, Germán Vargas. *Educação e desenvolvimento comunitário local: perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade*. Porto: Editora Profedições, 2007.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: Teoria e Prática da Libertação*. Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. *Ação cultural para a liberdade*. 5 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.

GUERRA, Antonio Fernando Silveira; WEILER, Jaqueline Maria Alexandre. *O saber fazer de uma comunidade tradicional e a escola: possibilidades de diálogos*. 37ª Reunião Nacional da ANPED – outubro de 2015, UFSC – Florianópolis.

PIERRI, Náina; KIM, Milena Kiatkoski. *A sustentabilidade social como condição para a conservação*. O caso da Ilha do Mel (Paraná, Brasil). IV ENANPPAS – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade. Junho de 2008. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/>

A dimensão comunitária da escola na... - Vanessa Marion Andreoli

encontro4/cd/ARQUIVOS/GT16-767-1065-20080510232741.pdf. Acessado em: 02/02/2015.

SAUVÉ, Lucie. Viver juntos em nossa Terra: Desafios contemporâneos da educação ambiental. *Revista Contrapontos - Eletrônica*, Vol. 16 - n. 2 - Itajaí, mai-ago 2016. Disponível em: <http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/8697/pdf>. Acessado em: 21/02/2016.

SCHENA, Fernando. *Turismo, estado, sociabilidades e mudança: uma etnografia da Vila de Encantadas, Ilha do Mel*. Dissertação (Mestrado) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes - UFPR. Curitiba, 2006. 107 p.

TELLES, Daniel Hauer Queiroz. Análise sobre a situação socioambiental e atividade turística da Vila de Encantadas, Ilha Do Mel – Paraná. *Dissertação*. Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

TORALES-CAMPOS, Marília Andrade. A inserção da Educação Ambiental nos currículos escolares e o papel dos professores: da ação escolar à ação educativo-comunitária como compromisso político-pedagógico. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Rio Grande/RS, v. especial, p. 1-17, mar. 2013.

TRAJBER, Raquel; MENDONÇA, Patrícia Ramos (Orgs). *O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental?* 1. ed. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/UNESCO. 2006. v. 23. 252 p. Disponível em: portal.mec.gov.br/docman/documentos-pdf/631-vol-23-oqfazesc-elet-pdf. Acesso em agosto de 2016.